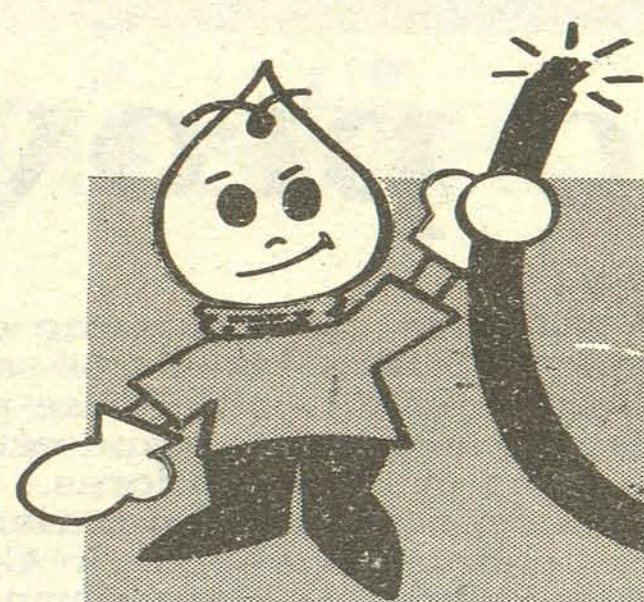




Linha Viva

Intersindical dos Eletricitários SC

26/07/90 Nº 103

Greve no setor elétrico

A reunião da Intersindical do dia 20 foi longa. Muitas questões foram avaliadas antes que se marcassem as assembleias que podem colocar a Eletrosul em nova greve nacional do setor elétrico. Segundo o calendário definido pelo Comando Nacional, as Empresas do grupo Eletrobrás retomam no dia 31 a greve por tempo indeterminado, até que se cumpra a negociação das perdas salariais, acordada na greve de junho.

A Intersindical chegou a conclusão que a reposição das perdas não pode esperar mais 90 dias. Isso faria com que os empregados precisassem na data-base de reajustes de quase 400%. Exemplos como os da Companhia Siderúrgica Nacional estão demonstrando que na data-base as coisas não estão sendo mais fáceis.

A categoria está em greve há mais de 15 dias e só teve propostas que ficam muito longe da reposição necessária. Na reunião também foi consenso que não será a reposição das perdas dos trabalhadores do setor elétrico a responsável pelo aumento da inflação, quando tantas empresas privadas e muitas estatais, como as estaduais de energia,

já concederam reajustes salariais.

Na avaliação de sindicalistas de todo Sul, demissões e arrocho preparam a privatização e a extinção de estatais. Logo, é fundamental agora defender os salários, já que as demissões foram barradas depois da última greve. Ainda ficou claro que a extinção de uma Empresa obedece aos interesses de grandes emprei-

teiras e de grandes grupos nacionais e internacionais, não cabendo a uma greve a responsabilidade por tal processo.

Assim, é com a insuportável perda salarial de mais de 200% que os empregados da Eletrosul realizam assembleias no dia 27. Em Florianópolis será na Casa Nova (antigo Rancho Alegre) às 18 horas.

Gastão Cassel



Intersindical: reposição das perdas não pode esperar

LV inaugura espaço do leitor

A partir desta edição o **Linha Viva** publicará mensalmente a coluna **Em Defesa do Leitor**. Trata-se de um espaço que será ocupado por um jornalista de fora da equipe do jornal e sem ligações com os sindicatos responsáveis pela publicação, que deverá criticar o jornal do ponto de vista do leitor, tentando garantir exatidão nas informações veiculadas.

A coluna será assinada pelo jornalista Cesar Valente, professor (e fundador) do curso de jornalismo da UFSC. Valente trabalha com jornalismo desde 1970 e já foi editor geral da EBN — Empresa Brasileira de Notícias, secretário de redação do jornal Diário do Sul, em Porto Alegre, e recentemente ocupou o cargo de editor-chefe do jornal O Estado.

Valente salienta que para



exercer bem a função de “advogado do leitor”, vai precisar de um retorno efetivo do público do jornal. Para tanto ele estará à disposição para receber as críticas e reclamações referentes ao LV por cartas que devem ser remetidas para “Linha Viva — Defesa do Leitor” — rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis - CEP 88010.

CAMPANHA

Reversão Sindical na pauta da Celesc

Um dos itens da pauta de reivindicações da Celesc, fechada dia 14 em Itajaí, é a Reversão Sindical. Ficou definido que será descontado um dia da remuneração fixa do empregado filiado ao Sinergia e dois dias do empregado não filiado. Da Reversão de um dia, 10% será destinado à formação de um fundo, que vai financiar as Campanhas Salariais e outras lutas da categoria. Um Fundo idêntico já existe na Eletrosul desde 1988.

A pauta deste ano está sendo montada pelo Intersindical e deve ser entregue à Empresa no final desse mês. Em breve os empregados da Celesc receberão um jornal especial com a íntegra da pauta de reivindicações.

AUTORITARISMO

RD tenta restringir Ação dos Sindicatos

Contrariando um discurso de posse, onde se colocava sempre aberto a receber os empregados, o presidente da Eletrosul baixou uma RD — Resolução de Diretoria, cerceando a ação dos Sindicatos dentro da Empresa. Todos os obstáculos criados ao trabalho das entidades parecem mais uma reedição das medidas da administração Paulo Melro. A Intersindical entende que trata-se de um desrespeito ao exercício democrático da ação sindical, durante conquistado, que só consegue prejudicar a relação da Empresa com os empregados.

ELETROSUL

Reforma provoca questionamentos

A Eletrosul apresentou uma série de medidas para encaminhar a Reforma Administrativa na Empresa. O assunto acabou virando ponto de pauta da reunião do dia 20 da Intersindical, onde levantou-se uma série de questionamentos em relação a efetividade dessas medidas. A Intersindical enviou correspondência dia 10, para discutir pendências da greve de junho e obter esclarecimentos sobre as Medidas. Até o dia 24, a empresa não havia marcado a reunião solicitada na correspondência.

Para a Intersindical quando havia investimentos no Setor Elétrico os “problemas” na Empresa ocorriam a partir das obras, concorrências, etc... Nesse período a Eletrosul era caracterizada em sua diretoria como “cemitério de políticos” em fim de carreira, como prêmio pelos serviços prestados. Hoje com a política de recessão e sucateamento das Estatais, tudo indica que o grande objetivo é retalhar a Eletrosul. Ouve-se falar em doação de casas do canteiro de obras de Ilha Grande, privatização da gráfica e oficina mecânica da Empresa.

Greve contra o sucateamento

Cansados de aguardar uma negociação que nunca vinha e preocupados com o sucateamento da Empresa, levado a cabo pela atual administração, os empregados da CSN — Companhia Siderúrgica Nacional entraram em greve no dia 10 de julho. Eles reivindicam o recebimento dos reajustes já concedidos pela TST — Tribunal Superior do Trabalho, em novembro do ano passado (52%), mais 26,6% do Plano Bresser) e realizar as negociações do acordo salarial desse ano. Os trabalhadores também estão lutando pelo discussão do Plano de Saneamento Financeiro da CSN. Fruto de meses de discussão, o Plano resultou num projeto dos metalúrgicos em defesa da estatal. Na sua última proposta a Empresa ofereceu apenas: 17,3% de reposição e pagamentos dos atrasados em 52 meses.

FUNDAÇÃO CELOS

Dúvidas sobre o atendimento

O atendimento médico, prestado pela Celos, tem gerado muitas dúvidas nos empregados da Celesc. Para resolver essa questão, levantada na última reunião de diretoria do Sinergia, o suplente do representante dos empregados no Conselho de Curadores da Fundação, Edio Valentim da Silva, ficou encarregado de solicitar esclarecimentos.

No dia 18, Edio enviou uma correspondência ao presidente do Conselho de Curadores, Djalma Martins, colocando os questionamentos dos trabalhadores. As primeiras dúvidas refe-

Embalados pelo lema "Vento ao nosso favor quem faz como nós", os metalúrgicos estão tentando envolver toda a população de Volta Redonda na luta contra a privatização da CSN. Na cidade de cerca de 300 mil pessoas serão afetadas direta ou indiretamente pela medida. No dia 24, os metalúrgicos se concentraram em pontos estratégicos da cidade, de onde saíram em passeata com a população. Uma chave de seis metros, o símbolo da CSN foi carregado até a prefeitura.

Diante desse quadro, os metalúrgicos decidiram em assembléia no dia 24 continuar em greve. O movimento, segundo boletim da categoria, pretende a "retomar a consciência e a dignidade dos trabalhadores e a defesa das estações contra o planos privatizantes do governo Collor".

rem-se ao valor da consulta pago pela Celos aos médicos credenciados, nos meses de janeiro a julho, e também aos atendimentos via plano Amhor; o valor da participação dos empregados nessas consultas; a relação dos médicos credenciados pela Celos em Florianópolis e São José e dos credenciados pela Unimed, que podem ser consultados através do plano Amhor em Florianópolis e São José; e finalmente, qual é a sistemática usada pela Celos e pelo plano Amhor para o processamento de uma consulta médica, bem como o prazo médio entre a consulta e o seu pagamento ao médico.

EDITORIAL

SOS para os trabalhadores de SC

Já se tornou comum, quase vulgar, o apelo de autoridades, parlamentares e colonistas da grande imprensa para que a sociedade "reuna esforços" para manter em Santa Catarina empresas e órgãos estatais ameaçados de extinção ou transferência pela reforma administrativa. "SOS Santa Catarina virou uma expressão repetida por gregos e troianos, com os mais variados sentidos e interesses nas entrelinhas.

Com a greve da Telesc — uma das empresas mais ameaçadas — e a possibilidade de uma nova greve na Eletrosul, o discurso "pela terra" reaparece obtuso, na forma de um apelo contra os movimentos de trabalhadores. Para os articulistas de tais frases, as greves são como que apressadores dos processos de extinção. Como se os trabalhadores tivessem que arcar sozinhos — com a sua condição de vida com o ônus da causa coletiva.

Ao atacar os movimentos reivindicatórios de empregados que efetivamente construíram as referidas empresas, os "salvadores do estado" mos-

tram que os seus apelos buscam muito mais a manutenção de "status" político do que o bem dos catarinenses. Ou será que os telesquianos que tem salários 166% defasados não são catarinenses como a Telesc?

A defesa das empresas e órgãos no Estado deve ser feita. Mas de forma sincera, buscando a manutenção dos empregos com bons níveis salariais e melhorias sociais para a sociedade. Não pode ser a defesa de espaços políticos para a utilização pelos oportunistas de plantão. Os trabalhadores sabem identificar onde está a demagogia.

Portanto, não tem cabimento o apelo vil para que não se faça greve. O arrocho salarial, as demissões, a extinção de empresas, as privatizações e o esvaziamento de alguns estados são farinha do mesmo saco. Governo Collor é o nome do embrulho. Dizer SOS Santa Catarina sem abrir e denunciar este pacote é querer fazer omelete sem quebrar ovos — ou sem ferir correlegionários.

Linha Viva é uma publicação semanal da Inter-sindical dos Eletricistas do Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT-RS 6166) e Rosângela Bion (DRT-SC1019). Diagramação: Vera Rotta. Ilustração: Franck Maia. Im-

pressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis-SC, fone (0482) 22-3866, telex: 481555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

COMPORTAMENTO

Arrocho provoca angústia, depressão...

Jacques Mick
Free-lancer para o LV

Os trabalhadores brasileiros têm algo em comum com os hebreus que fugiram dos faraós do Egito junto com Moisés. Ao perceberem as agruras da passagem pelo deserto rumo à "terra prometida", os hebreus esqueciam que eram escravos sob o jugo egípcio e diziam aos seu líder que, até então, nunca lhes faltara comida. O que, traduzido para o português, significaria mais ou menos:

— Ah, como eu era feliz e não sabia.

A "síndrome de Moisés" é uma das manifestações de que a crise se agravou com o último plano econômico. Os brasileiros, como se sabe, ganham hoje menos que um escravo nos tempos do Império.

Ao lado da "síndrome de Moisés", como consequência dos baixos salários e das peculiaridades da nossa crise permanente, uma legião de doenças e mal-estares atinge corpo e alma os trabalhadores.

A esperança que a maioria dos brasileiros depositou em Fernando Collor nas eleições presidenciais se transformou no maior arrocho salarial da História do país. Mas nem por isso as pessoas deixam de acreditar que esse novo Moisés pode nos levar para a terra prometida, na opinião da psicóloga da Divisão de Benefícios da Eletrosul, Izabel D'Oliveira Carvalho.

— E a "era da resmungação". A pessoa fica resmungando para si própria, sem interesse para se mobilizar. Eu noto que existe uma esperança e uma crença de que as coisas vão melhorar — explica Izabel.

O arrocho provoca outras reações, além da resmungação. A maioria das pessoas deixa vir à tona coisas antigas, angústia, de-

pressão, de forma geral. Mas as reações são diversificadas. Alguns toleram mais, porque estão mais preparados psicologicamente. Alguns sofrem, porque "engolem" os problemas.

Não há estatística, mas a quantidade de doenças aumenta em tempo de crise, segundo o médico Urubatan Collaço Alberton, há um ano na Fundação Celesc. É o caso das dores na coluna — principalmente na região cervical —, da gastrite e da úlcera, doenças crônicas—degenerativas no vocabulário dos médicos. Pressão alta também acontece frequentemente quando as pessoas não reagem positivamente à crise. Tudo isso são "doenças psicossomáticas", isto é, provocadas pelo próprio indivíduo como uma espécie de válvula de escape para as frustrações do cotidiano.

— Tudo o que está influenciando a pessoa reflete diretamente na produção dela — afirma Urubatan. E conta: — Algumas pessoas vêm ao consultório só para desabafar. Dizem "olha, não tou conseguindo produzir direito".

Os problemas não são causados apenas por salários ridículos. A consciência profissional faz com que os eletricitários sintam na carne até a existência de chefias que, como diz Izabel, estão ali por questões que não têm nada a ver com competência.

— O sujeito passa mais tempo aqui (na Eletrosul) que com a família, tá com a poupança retida e ainda tem um chefe que lhe apoquentava a cabeça... — diz Izabel.

O caso dos funcionários da Celesc, com quem o doutor Urubatan trabalha, tem agravantes. O novo Plano de Cargo e Salários, que deixa as pessoas tensas sob a expectativa de prováveis alterações financeiras, não prevê critérios para que fatores externos não interfiram nas gerências. Por isso que os eletricitários querem também um plano de ascensão funcional, como afirma Maria Márcia Azevedo de Mello, que, faz questão de dizer, que não é parente do presidente.

— O Plano de Cargos e Salários gera expectativas, mas não atende a necessidade do celesquiano. Os salários estão ali, ou abai-

xo até da média do mercado — diz Márcia, há dez anos psicóloga no setor de recrutamento de pessoal da Celesc. — Uma maior estabilidade na administração reduziria os problemas do pessoal.

Além dessa instabilidade política dentro da empresa, a Administração Central está mudando de sede, o que altera o ritmo de vida dos funcionários. Muda até o esquema de vida familiar, como afirma Márcia:

— Agora, as pessoas ficam o tempo todo na empresa, nove ou dez horas por dia. Antes, quando a sede era no centro, os funcionários distribuíam a hora do almoço entre atividades nos bancos ou casas comerciais da cidade.

Quem continua trabalhando nos mesmos lugares, fica só com o arrocho salarial que, é claro, afeta quem tem salários menores. O técnico da Celesc que, outro dia, reclamava na fila do almoço que a família dele não podia comer o que comeria naquele restaurante credenciado pela empresa é só um exemplo. Mesmo reclamando, fica a cada dia mais difícil derrotar a crise econômica, que assume novas formas e adquire mais força.

— Quando a situação muda radicalmente, ou as pessoas mudam a situação ou dão um jeito de absorver as mudanças da sociedade. Quando a crise acontece aos poucos, como a nossa, mais dificuldade as pessoas têm de agir. —, explica Márcia — Acho que o problema é que as pessoas não têm coragem de lutar, a crise tem de ser resolvida a nível estrutural. O clínico apenas pode conscientizar o paciente do que está acontecendo.

Se a crise provoca essa espécie de reação, o que está por vir ainda é incógnita. — vai depender da quantidade de problemas que ainda vão se apresentar na caminhada até a terra prometida de Collor. Nas eleições de outubro, pode vir uma resposta, boa para os Hebreus ou para os Faraós.

— Talvez volte quem já esteve no poder, até para manter a estabilidade da classe média — diz Márcia. — Afinal, quanto pior a crise, mais difícil de se sair dela.

EM DEFESA DO leitor

César Valente
Jornalista

Defender o leitor. Mas contra o quê? Do que precisa o leitor ser defendido? Por acaso estas folhas contêm alguma substância especialmente perigosa, ou estas letreirinhas todas amontoadas poderão causar algum campo de força particularmente ameaçador? Claro que não se trata de uma defesa a la Super-Homem, mas trata-se, sim, de uma defesa.

Durante décadas a imprensa ocidental promoveu-se como "o quarto poder". E, de fato, um veículo de comunicação tem poder. Naturalmente, possuir um veículo de comunicação passou a significar, por transferência, ser poderoso. Aí estão as inúmeras negociações envolvendo canais de rádio e TV. E o grande prestígio que donos de jornal desfrutam em todos os lugares. Ora, o poder sempre é exercido às custas de alguém. Onde há um poder, existe a necessidade de mecanismos de proteção para que ele não seja exercido despoticamente, como fazem os tiranos.

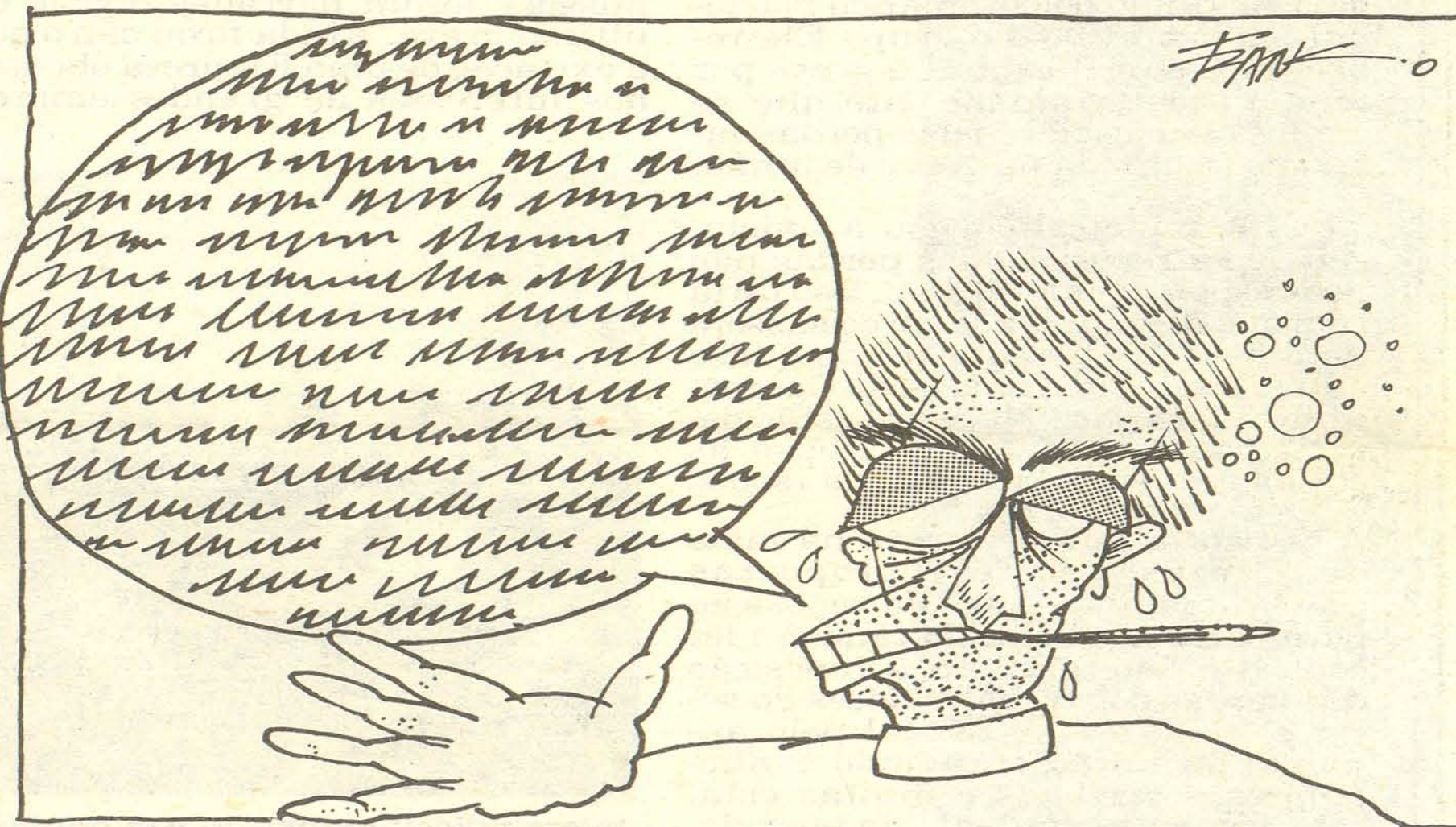
Claro que um pequeno jornal, de propriedade de um organismo sindical, tem uma natureza diferente daquela dos jornais da chamada "grande imprensa". Essa diferença fundamental, no entanto, não deve esconder o fato de que mesmo um jornal sindical deve ter credibilidade, prestígio e, como os demais jornais, poder.

Tudo começa com a credibilidade. É preciso que os leitores acreditem na exatidão daquilo que está sendo publicado. Quando uma pessoa que estava presente a um acontecimento qualquer lê no jornal a descrição daquele acontecimento e reconhece que o relato está bem feito, que as coisas aconteceram como está contado ali, o jornal ganha a credibilidade daquela pessoa. Como se vê, credibilidade é uma coisa que pode levar décadas para se obter, mas segundos para se perder.

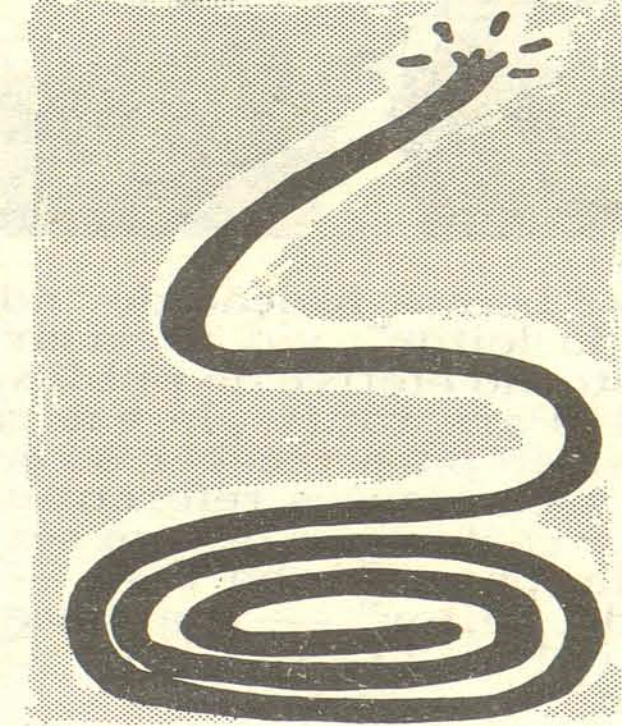
O projeto deste jornal é uma evolução tão grande na forma de fazer imprensa sindical que a gente talvez leve alguns anos até reconhecer direito o que ele pode representar. Mas quem sabe a gente comece utilizando este espaço que foi aberto aqui - uma janela - e escreve ou telefona reclamando e opinando. Sua reclamação pode ser simplesmente, de que seu nome, que aparece em uma das matérias, foi escrito errado. Ou que alguma informação está incorreta, mal interpretada ou mesmo colocada de forma completamente equivocada. Uma pessoa de fora da equipe do jornal e das entidades sindicais envolvidas, vai tomar as dores da sua reclamação e passar a ser seu advogado dentro da redação para que o erro seja adequadamente corrigido e, o que parece mais importante, não volte a acontecer.

Isso aí que acabei de exemplificar é uma função que existe em vários jornais da Europa e dos Estados Unidos e que só recentemente apareceu no Brasil. Lá o advogado dos leitores tem o pomposo e enigmático nome de "ombudsman". É uma palavra cuja origem está no defensor que os cidadãos suecos têm diante do governo. Aqui, neste jornal que quer ganhar a sua confiança para, através dela, ter o poder de opinar e representar um segmento social importante, existe um advogado de defesa do leitor. Que tratará de assumir as broncas dos leitores e criar as próprias broncas, quando perceber alguma coisa fora dos trilhos.

Comunique-se com o "advogado do leitor" escrevendo para **Linha Viva Defesa do Leitor**, no seguinte endereço: rua Lacerda Coutinho, 21 - Fpolis, ou encaminhando a correspondência pelo seu Representante Sindical.



ALTA TENSÃO



Linha Viva será discutido em Minas

O Sindicato dos Eletricistas de Minas Gerais — Sindieletr, realiza nos dias 27 e 28 de julho um Seminário de Política de Comunicação. No evento será apresentado o projeto editorial da nova fase do Linha Viva por Gastão Cassel, da equipe que produz o jornal. Certamente trata-se da repercussão da nova visão de imprensa sindical adotada por este jornal.

Magri não deixa CUT ir à 77ª CIT

A CUT foi excluída da delegação brasileira que participou da 77ª Conferência Internacional do Trabalho, organizada pela OIT — Organização Internacional do Trabalho, que aconteceu em Genebra no mês de junho. A exclusão foi determinada pelo ministro do trabalho, Antônio Rogério Magri. Mesmo assim, a CUT enviou um

representante, cujas despesas foram bancadas pela Confederação Francesa Democrática do Trabalho e pela central americana Ciois. A "presença" da CUT foi marcada pela denúncia da falta de liberdade sindical no Brasil e ao tratamento áspero que o Presidente Collor vem dando ao movimento sindical, informou o presidente da entidade Jair Meneguelli.

Central Única faz plenária em agosto

A CUT realizará nos dias 17, 18 e 19 de agosto, em Belo Horizonte, uma Plenária Nacional Ordinária, que vai discutir a conjuntura política e econômica, fazer um balanço da implantação da Central e elaborar um plano de ação para a entidade. Participarão da plenária a Direção Nacional da CUT, e representantes das direções estaduais e regionais. Conforme a direção da entidade, a realização da plená-

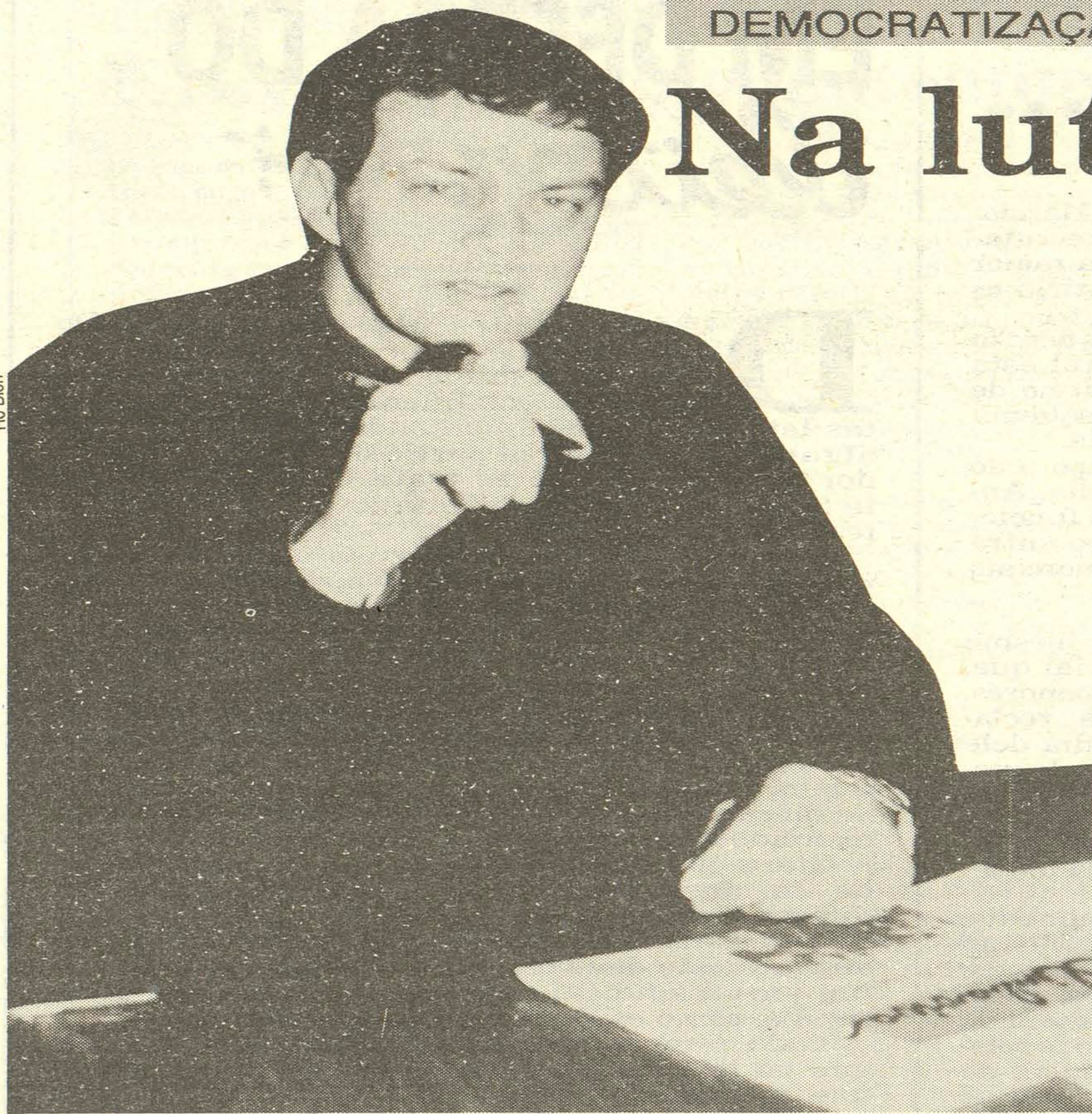
ria se deve "a necessidade dos trabalhadores responderem ao momento crítico por que passa a sociedade brasileira."

Continua a longa greve no "Santa"

Os jornalistas do Jornal de Santa Catarina continuam na greve que iniciaram em 25 de maio, sem terem qualquer resposta ou posição dos diretores da empresa. Muitos grevistas estão sobrevivendo com os recursos de rifas, já que os salários não estão sendo pagos. A categoria aguarda julgamento de dissídio pelo TRT. O sindicato dos jornalistas eleje nova diretoria nos dias 23 e 24 de agosto, e as inscrições de chapas estão abertas até o dia 06 de agosto.



Na luta pela cidadania



Gaúcho de Porto Alegre, Daniel Herz, formou-se em jornalismo na PUC-Pontífica Universidade Católica e fez mestrado na UNB — Universidade de Brasília. A tese do seu mestrado acabou virando livro — “A História Secreta da Rede Globo” publicado pela “Tchê”. Em 1980 ele veio para Florianópolis e participou da Fundação do curso de Jornalismo da UFSC. Em 83, ao lado de outros professores do curso de graduação, Daniel criou a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação. Na Constituinte, participou através da Fenaj — Federação Nacional dos Jornalistas, da elaboração de uma emenda voltada para a Democratização dos meios de comunicação de massa. Atualmente ele é secretário de comunicação da prefeitura de Porto Alegre. Lá ele coordena um departamento de comunicação que é considerado a segunda maior redação do Rio Grande do Sul: com 45 jornalistas, 10 fotógrafos, além de relações públicas e outros profissionais. Hoje suas atenções estão voltadas para a votação da Legislação Ordinária da Constituição. Para as eleições de outubro ele defende que a questão da democratização da comunicação seja colocada em pauta e cobrada dos candidatos.

LV: Por que a democratização da comunicação é importante para todos os trabalhadores?

Daniel Herz: Os profissionais da área de comunicação têm interesses imediatos, mas os interesses envolvidos vão muito além. A gente só conseguirá avançar se envolver outras categorias, enfim, todos os setores democráticos da sociedade e se evidenciar os interesses que estão envolvidos na democratização dos meios de comunicação. Foi essa a tese que a gente começou a defender. Em 83, quando se criou a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, foram envolvidos além dos profissionais de comunicação, várias outras categorias e entidades. Essa luta prosseguiu durante a Constituinte, com altos e baixos, através de uma emenda da Fenaj — Federação Nacional dos Jornalistas — voltada para a democratização da comunicação, que foi assinada conjuntamente pela CUT e CGT. Fomos derrotados e agora temos um novo round dessa luta que é a legislação ordinária.

LV: Quais seriam os principais passos para democratizar a comunicação no Brasil?

Daniel Herz: O primeiro aspecto é reconhecer que em torno da radiodifusão se dão as principais contradições. A radiodifusão é um serviço público que depende da concessão federal. Hoje essa concessão é do Executivo, sacramentada pelo Congresso. Além desse aspecto jurídico, tem o ponto de vista do sistema, onde a radiodifusão representa dois terços de todo mercado de comunicação no Brasil. São veículos economicamente mais importantes e são os que política e culturalmente têm maior penetração. Eles abrangem 99% do território nacional. Por isso, o principal problema no Brasil é a radiodifusão. Aconteceu que, no período em que as concessões eram outorgadas pelo presidente, foi montada toda uma esfera de interesses. O governo Sarney distribuiu 1.026 concessões a emissoras de rádio e televisão, sendo que mais da metade no período final da Constituinte. Restou cerca de 15% das concessões tecnicamente viáveis no Brasil. Evidente que nas grandes cidades foram todas distribuídas. Por isso nós temos que redefinir o controle da propriedade das emissoras de rádio e TV, através de uma rigorosa limitação a essa propriedade. A Fenaj propõe que seja de uma concessão por empresa ou entidade. Assim, o setor privado não será eliminado, mas colocado como mais um dos executantes do serviço. Com essa redistribuição seria criado um novo sistema de radiodifusão, que teria como ponto fundamental o novo conceito de rede de televisão. As redes não podem ser o instrumento de alguns empresários, que centralizam do ponto de vista econômico todo o mercado e do ponto de vista político todo o poderio.

É preciso descentralizar, mantendo programação nacional, que é necessária para a integração do país.

LV: Que importância tem a regionalização da produção jornalística?

Daniel Herz: É importante criar um grau de regionalização. Você tem que criar condições para que nas regiões e em determinadas localidades surjam emissoras que tenham vida própria. Apenas a título de exemplo, se nós estabelecermos que no mínimo 25% da programação tem que ser local, outros 25% regional, no máximo 25% nacional e 25% internacional, e combinado com isso limitar a aquisição de programas de uma mesma fonte. Ou seja, uma emissora pode continuar a adquirir só 20% de programas da Globo e no mínimo 5% de produtoras independentes. Essas medidas fariam uma revolução na comunicação.

Outra consequência seria a desconcentração de renda além do equilíbrio na concorrência entre as empresas. Essas são algumas medidas que mostram como é viável conceber um outro sistema de comunicação, viável economicamente e que atenda a necessidade de uma política de democratização.

LV: Nessa luta já houve alguma vitória?

Daniel Herz: Houve no sentido da Constituinte reconhecer essas questões, embora não respondesse. Ela formalmente inseriu esses princípios na Constituição, o que abre a possibilidade de avanços na regulamentação. É um resultado compatível com o que se alcançou de mobilização. Não se conseguiu envolver muito intensamente outras categorias, além daquelas do meio de comunicação. O fato dessas questões estarem sendo colocadas num jornal de eletricitários é extremamente positivo e traduz essa ampliação de preocupações. Assim, quando um cidadão perceber que interesses ele tem em que se altere a atual situação em que um serviço público é usado para beneficiar apenas empresas privadas, ele vai ver que existem interesses vitais colocados aí. Ou seja, não se democratiza um país, sem democratizar a comunicação. Essa é a base para se fazer emergir a cidadania, a pluralidade, a diversidade...

LV: Nesse contexto qual a importância da Imprensa Sindical?

Daniel Herz: A gente pode estimar que 95% do que se ouve, vê ou lê no país é produzido por empresas privadas, atendendo a interesses privados. As demais vozes que se ouve hoje, se expressam de uma forma alternativa, com as limitações que as formas alternativas permitem. Então, a Imprensa Sindical tem que ser encarada como um instrumento de resistência, mas que não esgota a luta para que a esfera pública da comunicação seja apropriada também.

LINHA aberta

Toda segunda tem cafezinho com música

Projeto 13 horas é sinônimo de cafezinho com música. O cafezinho, segundo o belo panfleto de divulgação é delicioso e a música promete não ficar por menos. Estão programados músicos locais como Ademir Santos, Marcos Sorriso, Luiz Gama, mais conhecido como Pelé, além de outros. Quem se interessar pela combinação deve aparecer no Teatro Álvaro de Carvalho, às segundas-

feiras, por volta das 13:00 horas. Se a frequência continuar crescendo, a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, que está promovendo o Projeto, pretende aumentar os dias da semana em que a sexta tem direito a cafezinho com música. Tudo isso por apenas Cr\$ 50,00, que vai exclusivamente para os músicos.

